



Senado decide hoje projetos prioritários para o 2º semestre

Entre as propostas que deverão ganhar preferência nas votações, estão a que prevê passe livre para estudantes e a que eleva os gastos do governo com a saúde

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reunirá hoje com os líderes dos partidos para decidir quais projetos de lei serão incluídos na pauta prioritária da Casa no segundo semestre. Entre eles, estão os projetos da chamada agenda positiva — em resposta às recentes manifestações populares

nas ruas — que não puderam ser votados no primeiro semestre, como o que estabelece o passe livre no transporte público para os estudantes de todo o país, o que eleva os gastos do poder público com a saúde e o que impede que a aposentadoria compulsória seja a punição de juízes condenados em processos administrativos. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Paciente é levado a hospital público do Distrito Federal: senadores deverão votar texto que eleva investimento em saúde

Direito de resposta tem parecer de Conselho 7

Minuta de Código Comercial vai a consulta pública em outubro 6

Jonas Pereira/Agência Senado



Os senadores Randolfe, Paim, Gim, Pimentel, Wellington e Vanessa participam da solenidade de sanção do estatuto

Lei que beneficia juventude é sancionada

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem, em evento no Palácio do Planalto, o Estatuto da Juventude. Entre outros pontos, a norma prevê ações do governo para jovens de 15 a 29 anos e limita a 40% do total os ingressos que podem ser reservados aos estudantes e pagos como meia-entrada. **2**

Lia de Paula/Agência Senado



Observado por Collor, Lobão fala sobre proposta de marco legal da mineração

Congresso pode ter mais prazo para analisar lei da mineração

No Senado, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que a presidente Dilma Rousseff aceita analisar a retirada

do pedido de urgência do projeto do novo marco legal da mineração. Proposta já tranca a pauta de votações da Câmara. **8**

Comissão analisa amanhã criação da carreira de médico de Estado 3

Texto preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser votado hoje 6

Sessão solene promulga a PEC da Defensoria Pública 2

especial
Cidadania

Nova lei sobre execução de músicas e direitos autorais aguarda sanção

Projeto aprovado em julho muda regra de arrecadação e distribuição de direitos autorais,

buscando mais transparência. Órgão que realiza a atividade considera critérios atuais claros. **4 e 5**



Prefeitura Vista Gaúcha

A utilização pública de música exige autorização e pagamento ao Ecad

Estatuto da Juventude é sancionado com dois vetos

Lei limita em 40% cota de ingressos de meia-entrada reservadas para estudantes em eventos culturais; norma aprofunda direitos em educação, saúde, trabalho e cultura à população que tem entre 15 e 29 anos

O ESTATUTO DA Juventude foi sancionado ontem pela presidente Dilma Rousseff. Debatido por dez anos no Congresso, o texto havia sido aprovado pelo Senado no primeiro semestre e estabelece como prioridades as políticas voltadas aos jovens. Um dos pontos do estatuto limita em 40% a cota de ingressos para meia-entrada destinada a estudantes em eventos culturais.

Dois trechos foram vetados: um referente a meia passagem em transporte interestadual para todos os estudantes com até 29 anos, independentemente da finalidade da viagem, e outro relativo a recursos extraordinários necessários ao funcionamento do Conselho de Juventude.

Durante a cerimônia de sanção da lei, no Palácio do Planalto, Dilma defendeu a criação, no âmbito do Estatuto da Juventude, de mecanismos de combate à violência praticada contra jovens negros e pobres, sobretudo mulheres.

— Essa é uma questão que está em todas as periferias, em todas as regiões. Esse é um dos principais assuntos a



Dilma Rousseff (3ª à esq.) na cerimônia de sanção do estatuto, no Planalto

ser tratado pela juventude e esferas de poder — afirmou.

O estatuto prevê o aprofundamento de direitos em educação, trabalho, saúde e cultura à população entre 15 e 29 anos — 51 milhões de pessoas.

A cerimônia de sanção do estatuto foi aberta com apresentação do artista RAPadura Xique-Chico. O ator Érico Brás entregou a Dilma Rousseff uma carta assinada por artistas que representam a juventude negra das periferias. O cantor e compositor Genival Oliveira, o GOG, pediu a desmilitarização da polícia e o fim dos autos de resistência, além de incentivo

à educação, à cultura e à construção de escolas.

Estiveram no Planalto os senadores Paulo Paim (PT-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gim (PTB-DF), Wellington Dias (PT-PI) e José Pimentel (PT-CE).

Também participaram da cerimônia o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Virgínia Barros; e o presidente do Conselho Nacional de Juventude, Alessandro Melchior, entre outras autoridades.

(Com Agência Brasil)

Sarney melhora e deixa UTI, informa boletim médico

José Sarney (PMDB-AP) apresentou melhoras e deixou ontem a UTI do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Ele agora está na unidade semi-intensiva, para tratar de uma infecção respiratória aguda.

Leia, a seguir, a íntegra do boletim de saúde divulgado ontem à tarde pelo hospital, assinado pelos médicos Antonio Carlos Onofre de Lira e Paulo Cesar Ayroza Galvão, diretores do Sírio-Libanês:

“O sr. José Sarney apresenta



Sarney, que deixou a UTI do Hospital Sírio-Libanês

contínua melhora clínico-laboratorial e no final da manhã de hoje [ontem] recebeu alta da unidade de terapia intensiva (UTI) do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, e será encaminhado à unidade semi-intensiva do hospital. Ele continua em uso de antimicrobianos por via venosa e não há previsão de alta. O paciente está sendo atendido pelas equipes dos professores doutores David Uip, Roberto Kalil Filho e Carlos Gama.”

Randolfe comemora nova lei que prioriza jovens

A sanção presidencial do Estatuto da Juventude foi comemorada em Plenário por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Relatado pelo próprio Randolfe e por Paulo Paim (PT-RS), o projeto estabelece como prioridades as políticas públicas voltadas para os jovens e estabelece meia-entrada a estudantes em eventos culturais.

Randolfe disse que a aprovação do projeto representa uma conquista para a geração dele, que, ressaltou, foi às ruas pedir o impeachment do então presidente Fernando Collor.

Instituto do Senado inicia cursos de pós

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o primeiro-secretário, Flexa Ribeiro, darão início hoje às atividades de pós-graduação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), com a aula inaugural dos cursos de Direito Legislativo e Administração Legislativa.

A cerimônia, marcada para 11h, no Auditório Antônio Carlos Magalhães, do Interlegis, contará ainda com a palestra

inaugural do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro tratará das relações entre o Legislativo e o Judiciário.

O diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, disse que os cursos estão sintonizados com as atuais diretrizes da Mesa do Senado, no sentido de capacitar e qualificar o quadro de servidores em áreas estratégicas, sobretudo no processo

legislativo e na eficiência na gestão administrativa.

Ao todo, serão capacitados 80 servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O instituto é a primeira escola de governo a obter o credenciamento do Ministério da Educação para ministrar e certificar cursos de pós-graduação lato sensu.

Congresso promulga hoje PEC da Defensoria Pública

O Congresso Nacional realizará hoje uma sessão solene para promulgar a PEC 82/2011, proposta de emenda à Constituição que estende às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal a mesma autonomia funcional e administrativa que já foi concedida às defensorias estaduais pela reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/2004).

A proposta de emenda constitucional

também garante a essas defensorias a iniciativa de realizar proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

De autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a PEC foi aprovada no Senado em 2012 e na Câmara dos Deputados no mês passado.

A sessão em que a PEC será promulgada está marcada para as 12h30 e será realizada no Plenário do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Passe livre para estudantes

14h Na pauta de votação, entre outros itens, projeto que regulamenta a distribuição de gorjeta e o que prevê gratuidade do transporte público para todos os estudantes do país.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h Renan Calheiros comparece à solenidade de início dos cursos de pós-graduação no Senado; às 12h, recebe os diretores do grupo de comunicação O Povo, de Fortaleza; às 12h30, preside sessão do Congresso. Às 14h, participa de reunião de líderes partidários e, às 15h30, com procuradores municipais de Alagoas e membros da Associação Nacional dos Procuradores Municipais; às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Venda de refinaria da Petrobras

8h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza audiência pública para ouvir o ex-diretor-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli sobre a venda de refinaria na cidade de Pasadena (Texas), Estados Unidos, pela estatal.

CCT Radiodifusão comunitária

9h Projeto que permite a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa consta da pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A comissão também analisa projetos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversas regiões do país.

CAE Crimes contra instituições financeiras

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que determina que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e define a competência da Polícia Federal para a investigação.

CE Residência pedagógica para professores

11h Na pauta de votação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, três projetos modificam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Um deles institui a residência pedagógica para os professores da educação básica.

PALESTRA Aula inaugural de cursos do ILB

11h A aula inaugural dos cursos de pós-graduação em Direito Legislativo e Administração Legislativa terá a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, que falará sobre o tema “Estado democrático de direito: relações entre Legislativo e Judiciário”.

CONGRESSO Autonomia para defensorias públicas

12h30 Sessão do Congresso para promulgação de proposta que assegura às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal autonomia funcional e administrativa.

CRE Denúncias de espionagem

14h30 O jornalista Glenn Greenwald participa de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para esclarecer denúncias de espionagem pelos Estados Unidos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Entre os projetos que deverão ganhar prioridade de votação no segundo semestre está o que prevê passe livre no transporte público para todos os estudantes do país

Renan e líderes decidem hoje pauta prioritária

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, e os líderes partidários acertarão hoje a agenda de votações do segundo semestre. A reunião está marcada para as 14h.

Temas remanescentes da pauta prioritária assumida pelo Senado no primeiro semestre deverão ser retomados, como a ampliação das verbas para a saúde e a gratuidade do transporte público para todos os estudantes do país, como propõe um projeto do próprio Renan (PLS 248/2013).

Para atender as demandas que se evidenciaram nas recentes manifestações de rua, o Senado já aprovou quase 40 propostas. Renan salientou, porém, que o Congresso não deixará de lado o compromisso com a responsabilidade fiscal.

Sobre a gratuidade do transporte público para os estudantes, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), alertou que ainda falta identificar as fontes de custeio. Os recursos da partilha dos royalties do petróleo seriam insuficientes, segundo ele, para cobrir a despesa anual orçada em R\$ 5 bilhões.

O projeto tramita em regime de urgência. O relator do texto,

Vital do Rêgo (PMDB-PB), examina soluções para viabilizar o custeio da gratuidade.

Uma comissão especial criada em março, tendo Humberto Costa (PT-PE) como relator, estuda alternativas para ampliar os recursos na área de saúde. A previsão é de que o relatório fique pronto neste mês. Uma das ideias em discussão é vincular 10% da receita bruta da União para o setor. Porém, para evitar um aumento mais expressivo das despesas, o governo defende o limite de 10% sobre a receita corrente líquida.

Vetos

A questão da análise dos vetos, com novas regras definidas em julho, também deverá ter prioridade no Congresso no segundo semestre e poderá ser um dos temas da reunião entre Renan e os líderes.

Um dos vetos que podem ser examinados é o que a presidente Dilma Rousseff usou para evitar o fim da cobrança do adicional de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pagos pelas empresas nas demissões sem justa causa. Se o veto for derrubado,

estima-se uma queda de R\$ 3 bilhões por ano do montante de recursos que financiam o seguro-desemprego.

O fim da aposentadoria compulsória de juízes afastados por faltas graves, como crimes de corrupção, é outro tema que poderá constar da reunião de líderes. O assunto, tratado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53/2011, também é remanescente da pauta prioritária.



Reunião de líderes discutirá votação de passe livre e mais verbas para a saúde

O que já foi votado

A seguir, os projetos de pauta prioritária que foram aprovados pelo Senado no primeiro semestre

PROJETO	TEMA	SITUAÇÃO
PLS 240/2013 — Complementar	Trata da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE)	Enviado para a sanção presidencial
PLS 204/2011	Tipifica corrupção como crime hediondo	Enviado para a Câmara dos Deputados
PLS 105/2011	Institui regime do Simples para advogados	Enviado para a Câmara dos Deputados
PEC 6/2012	Exige ficha limpa para servidor público	Enviado para a Câmara dos Deputados
PLC 41/2013	Destina royalties para educação e saúde	Aprovado com alterações, retornou para a Câmara dos Deputados
PLS 129/2012	Altera arrecadação de direitos autorais pelo Ecad	Enviado para a sanção presidencial
PLC 39/2013	Responsabiliza a pessoa jurídica por corrupção	Enviado para a sanção presidencial
PLC 3/2013	Determina atendimento integral pelo SUS às mulheres vítimas de violência sexual	Enviado para a sanção presidencial
PRS 47/2013	Amplia as oportunidades para participação popular no processo legislativo	Enviado para a promulgação
PEC 11/2003	Reduz de dois para um o número de suplentes de senador e proíbe a eleição para o cargo de cônjuge ou parente consanguíneo do titular	Enviado para a Câmara dos Deputados
PEC 3/2011	Facilita o exercício da iniciativa popular	Enviado para a Câmara dos Deputados
PLC 11/2013	Cria o Sistema Nacional de Combate à Tortura	Enviado para a sanção presidencial
PLS 150/2006	Define organização criminosa	Enviado para a sanção presidencial

Comissão vota projeto que cria carreira de médico do Estado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem na pauta de amanhã a PEC

34/2011, proposta de emenda à Constituição que cria a carreira de médico do Estado no âmbito

do Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria faz parte da pauta prioritária de votações do Senado negociada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e os líderes partidários no período das manifestações populares realizadas pelo país.

De Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da CCJ, a PEC foi apresentada com o propósito de melhorar o atendimento à população. E isso passa, segundo o autor, pela garantia

de assistência médica em localidades distantes, prestada em condições adequadas de trabalho e segurança e com remuneração digna para os profissionais do SUS.

O relator, Paulo Davim (PV-RN), apresentou um substitutivo à PEC, mas manteve alguns pontos do texto original. Entre eles, estão os dispositivos que determinam a seleção dos médicos do Estado por concurso público, a estabilidade após

três anos e a adoção de critérios de antiguidade e merecimento para promoção. Outro item estabelece que o profissional deve residir no município ou na região metropolitana da respectiva lotação.

O substitutivo de Davim vincula os médicos de Estado exclusivamente à União.

Se for aprovada pela CCJ, a PEC 34/2011 precisará passar ainda por dois turnos de votação no Plenário do Senado.



Vital do Rêgo preside reunião da CCJ: comissão votará texto sobre médico do SUS

Senado deve buscar solução para crise social e política, avalia Ferraço



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) instou o Senado a se unir com o objetivo de buscar soluções para a crise política e social que atingiu o país recentemente.

De acordo com o parlamentar, os senadores precisam urgentemente dar todo o seu esforço e contribuição visando resgatar o papel essencial da política na democracia brasileira, a fim de consolidá-la como "ferramenta das mudanças e transformações necessárias".

Para Rollemberg, população quer voto aberto no Congresso



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apresentou sugestões para a agenda do Senado no segundo semestre. Ele defendeu a aprovação da PEC 50/2006, que estende o voto aberto a todas as modalidades de votação no Plenário. Segundo ele, o voto aberto é reivindicação do povo.

— O que a população quer é saber como se comportam seus representantes no Congresso.

Na visão de Rollemberg, o Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012) também deve estar na pauta prioritária.

Agenda positiva do Congresso engana o povo, diz Cristovam



Os governantes não conseguiram responder aos protestos que tomaram conta do Brasil, disse Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele pôs em xeque a "agenda positiva" do Congresso.

— De repente, vem a ideia de uma agenda positiva para enganar o povo. O povo quer mudanças, não quer ajustes. Quer uma nova história, não quer pontos e vírgulas nos documentos oficiais. A agenda positiva é uma ilusão que estamos criando na população ou mesmo um engano.

Taques faz balanço de sua atuação na Casa no primeiro semestre



Pedro Taques (PDT-MT) fez um balanço de seu trabalho no Congresso no primeiro semestre. O senador apresentou duas propostas de emenda à Constituição (PECs), seis projetos de lei e cinco projetos de resolução. Ao todo, apresentou 82 proposições desde que tomou posse, em 2011, afirmou. Taques destacou alguns de seus projetos que foram aprovados, como o PLS 204/2011, que estabelece penas mais elevadas para o crime de corrupção.

Paim: desenvolvimento sustentável precisa incluir direitos humanos

De acordo com Paulo Paim (PT-RS), é urgente articular o desenvolvimento sustentável num sentido mais amplo, com base nos direitos humanos.

O senador afirmou que o desenvolvimento humano deve ir além dos aspectos econômicos. Paim disse que o conceito, hoje, se incorpora ao discurso humanista, com a ideia de melhorar a qualidade de vida de todos. Ele afirmou que essa noção de sustentabilidade tem se tornado central no debate sobre desenvolvimento.

— A forma de administrar os recursos naturais hoje vai influenciar na qualidade de vida das futuras gerações.

Projeto foi elaborado a partir do trabalho da CPI criada pelo Senado para investigar denúncias de irregularidades contra o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Autores da proposta procuraram dar mais transparência à gestão da entidade, que arrecada centenas de milhões de reais anualmente

Novas regras sobre direito autoral de músicas aguardam sanção

Juliana Steck

O USO DE qualquer obra autoral depende de autorização expressa de seus autores. No caso da música, os autores e demais titulares das obras musicais ou fonogramas autorizam o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) a fornecer a devida licença para a utilização pública, mediante o pagamento de direito autoral.

Previsto na Constituição Federal (artigo 5º, incisos XXVII e XXVIII), o direito autoral é disciplinado pela Lei 9.610/1998, que protege e defende o compositor e o artista contra o uso desautorizado de sua obra.

O Ecad é uma sociedade civil, privada, que tem como objetivo centralizar a arrecadação e distribuição dos direitos autorais de execução pública musical,

em nome das associações de compositores e intérpretes afiliadas.

Em 10 de julho, o Senado aprovou o projeto que altera as regras para a cobrança, arrecadação e distribuição dos direitos autorais sobre obras musicais. O projeto foi enviado à sanção, que deve ocorrer nos próximos dias. Na semana anterior, o Senado aprovava o texto — substitutivo do relator, Humberto Costa (PT-PE), ao PLS 129/2012, de Raulo Rodrigues (PSOL-AP), com quatro emendas de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) — e enviava à Câmara dos Deputados.

De volta ao Senado, a tramitação da proposta ocorreu em regime de urgência, como parte da pauta prioritária definida pela Casa. A votação foi acompanhada por artistas como Roberto Carlos, Caetano Veloso, Erasmo



Artistas acompanham, da bancada do Plenário do Senado, sessão em que foi votada a proposta sobre mudanças nas regras dos direitos autorais

Carlos, Frejat, Carlinhos Brown, Fafá de Belém, Jair Rodrigues, Rogério Flausino, Fernanda Abreu, Lenine, entre outros.

O projeto foi elaborado a partir do trabalho da CPI do Ecad, criada pelo Senado para investigar denúncias de irregularidades contra a entidade. O objetivo da proposta,

segundo Raulo, é dar mais transparência à relação entre as entidades responsáveis pela arrecadação dos direitos autorais, os autores das obras e o público no que se refere à “execução pública de obras musicais, literárias e fonogramas”.

De acordo com o relator, o Ecad arrecadou

R\$ 624,6 milhões em 2012. A instituição, em conjunto com nove associações de música, distribuiu no ano passado mais de R\$ 470 milhões a 106.336 compositores, intérpretes, músicos, editores, produtores fonográficos e associações. Esses números representam um aumento de mais de 14%

em relação a 2011, tanto em relação ao valor distribuído quanto em relação à quantidade de artistas beneficiados. Nos últimos cinco anos, a distribuição de direitos autorais cresceu 73%, também de acordo com o Ecad. Quase R\$ 186 milhões foram arrecadados por meio de ações judiciais.

Ecad teme que mudança gere prejuízo para compositores

Para Gloria Braga, superintendente-executiva do Ecad, a nova lei “poderá trazer sérios prejuízos aos compositores e artistas que participam do sistema de gestão coletiva de direitos autorais de execução pública no país”.

Segundo ela, “o Ecad não teme qualquer tipo de supervisão, desde que venha a ser realizada sem viés político, dentro dos limites constitucionais, e que preservem os direitos dos autores e demais titulares de música de fixar o preço pela utilização de suas obras e decidir as regras de distribuição dos valores arrecadados”.

O PLS 129/2012 é considerado inconstitucional pelo Ecad. Segundo a entidade, “pelo projeto, fica institucionalizada

a intervenção governamental em uma esfera eminentemente privada, ferindo o que prevê a Constituição”, que reserva ao criador intelectual e às suas associações de classe ou sindicais a exclusiva gestão e fiscalização do aproveitamento econômico de suas criações.

— No projeto está previsto que a cobrança será sempre proporcional ao grau de utilização das obras e fonogramas pelos usuários no exercício de suas atividades. Como será aferido? O usuário vai executar primeiro e depois pedir autorização e pagar? — questiona.

Para Gloria Braga, é importante esclarecer que o Ecad realiza, de forma constante, a auditoria das programações das

emissoras de TV e de rádio e, ao confrontar o material gravado com as planilhas enviadas pelas emissoras, detecta inúmeros erros na identificação das músicas executadas e muitas omissões.

— E ainda, se a regra proposta pelo projeto prosperar, poderá também significar diminuição nos valores pagos pelos usuários. A lei que protege os direitos autorais está sendo transformada na lei que protege os interesses dos usuários de música. Isso porque o projeto não trata da inadimplência dos grupos de tevê e radiodifusão que, só em 2012, ultrapassou a soma de R\$ 1 bilhão. Por serem concessões públicas, esses grupos deveriam ter, como premissa para a

renovação de seus contratos, a quitação das dívidas com o pagamento de direitos autorais — afirma.

Desnecessária

Para o compositor e produtor musical Michael Sullivan, uma nova lei não era necessária. Segundo ele, “a transparência tem que acontecer, mas o Ecad é um órgão que pertence aos compositores. Quem tem que fazer somos nós, a classe artística. O Ecad apenas arrecada e distribui”, comentou.

— Eu defendi a formação de uma grande associação de compositores para fiscalizar a arrecadação e o repasse. Mas agora que a mudança na legislação foi aprovada, só nos resta torcer para que dê tudo certo — disse.

Senadores querem mais transparência e democratização

Segundo Humberto Costa, o projeto vai promover a democratização da gestão do Ecad, com mecanismos de resolução de conflitos entre artistas e arrecadadores, com mediação e arbitragem do órgão federal indicado pela União. O relator disse ter ouvido e dialogado “com todos os autores da gestão coletiva de direitos autorais da música” para finalizar seu parecer. Para ele, o texto vai dar “melhor proteção aos detentores de direitos”.

Ele afastou a possibilidade de o texto aprovado conter inconstitucionalidades e lembrou que o Estado já regula diversas atividades privadas, como o setor de planos de saúde. Segundo o senador, não há qualquer tipo de interferência do Estado na relação entre autores e usuários das obras.

— A Constituição não deixa dúvidas de que o direito do autor tem de ser protegido. Não queremos acabar com o Ecad, queremos que ele se adapte a normas modernas de transparência e eficiência — disse, ao ressaltar que cada artista terá uma “conta” no Ecad para acompanhar em tempo real a

arrecadação de direitos. Para a produtora cultural Paula Lavigne, “todo monopólio deve ter uma fiscalização”.

CPI

Lindbergh Farias (PT-RJ), que relatou a CPI do Ecad, explicou que a comissão teve como meta principal propor uma reforma da gestão coletiva dos direitos autorais. Lindbergh afirmou que foram encontrados diversos problemas (entre eles, a falta de transparência do Ecad), mas considerou que o relatório de Humberto Costa conseguiu aperfeiçoar o projeto inicial e atender as demandas dos artistas.

A CPI teve início em junho de 2011. Idealizador da comissão, Raulo foi o presidente. Em abril de 2012, a CPI concluiu os trabalhos e aprovou o relatório final. O documento apontou falta de transparência nas finanças e na gestão dos recursos arrecadados e identificou práticas como cartel e monopólio na atuação do Ecad. Para regular esse sistema, o relatório da CPI propôs, entre outros pontos, o PLS 129/2012.

Dados do Ecad

Veja os números do banco de dados do Ecad em 2012. Nos últimos cinco anos, a distribuição de direitos autorais cresceu 73%

574 mil titulares de música
Pessoas físicas ou jurídicas às quais a legislação autoral confere direitos de autor ou conexos

465 mil usuários de música
Aqueles que utilizam a música publicamente (por exemplo, casas de shows, boates, rádios, TVs)

3,7 milhões de obras musicais
Criações que possuem letra e música ou simplesmente música (instrumental)

1,4 milhão fonogramas
Fixação de sons de uma interpretação de obra musical ou de outros sons. Cada faixa do CD, LP, K7 é um fonograma distinto

95 mil obras audiovisuais
Registros musicais com imagens, como um videoclipe, ou as faixas de um DVD com imagens de um show ao vivo, por exemplo

436 mil acessos ao site
Acessos à página www.ecad.org.br

85 mil boletos
Boletos de cobrança emitidos por mês

Ranking de titulares com maior rendimento em 2012*

- 1º - Sorocaba
- 2º - Victor Chaves
- 3º - Roberto Carlos
- 4º - Paula Fernandes
- 5º - Thiaguinho
- 6º - Erasmo Carlos
- 7º - Chico Buarque
- 8º - Gustavo Lima
- 9º - Luan Santana
- 10º - Caetano Veloso

*Titulares (pessoa física) cadastrados nas categorias de autor, intérprete e músico, cujas músicas foram tocadas em todos os segmentos de execução pública musical, entre eles, shows e eventos, rádio, TV, música ao vivo, sonorização ambiental etc.

Fonte: Ecad

Cálculo é hoje realizado por amostragem de locais e rádios com pagamento em dia

Muitas vezes, quem paga pelos direitos autorais não sabe como eles serão repassados aos artistas. O Ecad, no entanto, garante que utiliza critérios claros para arrecadar esses direitos e para distribuí-los aos autores, e que é possível esclarecer as dúvidas procurando uma unidade ou uma agência credenciada da entidade, listadas no site www.ecad.org.br (em “Onde estamos”). Conheça os critérios hoje utilizados:

Eventos — As execuções de música em festas de casamento ou aniversários realizados em casas de eventos ou bufês, embora não tenham finalidade de lucro, geram pagamento de direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/1998. A lei também determina o pagamento pela utilização de música em locais de frequência coletiva como salões de baile, clubes ou associações. O Ecad ressalta que os direitos autorais são cobrados das casas de festas e bufês — o que ocorre é que alguns locais acabam indevidamente repassando o pagamento aos realizadores da festa, noivos, aniversariantes etc.

Rádios e TVs — As emissoras recebem o contato ou visita de um profissional do Ecad para que seja feito o devido cadastro e o cálculo da retribuição autoral, de acordo com as características da emissora. Nesse caso, o Ecad

também utiliza o sistema de amostragem, e apenas as emissoras adimplentes integram a amostra. A distribuição dos valores referentes às execuções musicais nas rádios AM/FM é dividida pelas Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

Também é dever legal das rádios o envio mensal, ao Ecad, de planilhas com toda a programação musical. Em Salvador, Belo Horizonte, Recife, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Fortaleza, Vitória, Goiânia, Belém e Florianópolis ainda é utilizado o equipamento Ecad.Tec CIA Rádio, que capta, grava e identifica automaticamente tudo o que é executado. O Ecad ressalta que, em 2012, recebeu uma certificação do Ibope que valida seu processo amostral.

Valores — O licenciamento concedido pelo Ecad não é por música ou por obra. O valor leva em consideração características do local onde serão utilizadas as músicas. Com o pagamento de boleto bancário, o usuário recebe uma licença para utilizar qualquer música cadastrada no banco de dados do Ecad. O cálculo do direito



Os direitos autorais são cobrados para utilização de música em locais como salões de baile, clubes e bufês

autoral é realizado de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento de Arrecadação e na tabela de preços (disponíveis no site do Ecad), sendo os preços definidos pelas associações de música que o integram.

Distribuição — Segundo o Ecad, hoje, dos valores arrecadados, 75,5% são repassados aos titulares filiados e 7,5% às associações, para despesas operacionais. Ao Ecad são destinados os 17% restantes, para administração de suas atividades em todo o Brasil. Do montante a ser distribuído, dois terços são direcionados aos titulares de direitos de autor

(compositores e editoras) e um terço é direcionado para os “titulares de direitos conexos” (intérprete, gravadora e músicos acompanhantes). Nas músicas ao vivo, 100% é da parte autoral. A distribuição dos valores a ela referentes levarão em conta os percentuais pactuados entre os compositores e suas respectivas editoras nos contratos de edição ou cessão de direitos. Em geral, é de 75% para os compositores e 25% para as editoras. Os percentuais aplicáveis à parte conexa são fixos (41,7% dos intérpretes, 16,6% dos músicos e 41,7% dos produtores

fonográficos) e decorrem de decisão da Assembleia Geral do Ecad.

Músicas internacionais — As associações integrantes do Ecad possuem contratos de representação com as associações estrangeiras, como ocorre no mundo inteiro. Os valores arrecadados no Brasil são enviados aos titulares de música de outros países por intermédio das associações brasileiras. Já os valores arrecadados no exterior referentes às músicas brasileiras lá executadas publicamente são remetidos diretamente às associações brasileiras, sem interferência do Ecad.

COMO FICA, PELO TEXTO APROVADO

► **NOVA REGRA:** as associações que compõem o Ecad só poderão ser dirigidas por titulares dos direitos autorais, ou seja, compositores e intérpretes. Eles terão um mandato fixo de três anos, com direito a apenas uma reeleição. Segundo Humberto Costa, o objetivo é “acabar com a perpetuação de dirigentes”.

► **CRITÉRIO ATUAL:** o Ecad foi instituído pela já revogada Lei 5.988/1973 e mantido pela atual Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998). É administrado por associações de música e tem como função arrecadar e distribuir os direitos autorais decorrentes da execução pública (em rádio, televisão, casas de show) de músicas nacionais e estrangeiras.

► **NOVA REGRA:** o texto aprovado mantém o Ecad como único órgão arrecadador de direitos, porém, agora, sob controle estatal. A administração pública federal deverá escolher o órgão que exercerá esse controle. Humberto Costa sugeriu que seja o Ministério da Cultura, mas uma das emendas aprovadas deixou a escolha do órgão a cargo da administração pública federal. Segundo Humberto Costa, a fiscalização poderá ocorrer por amostragem. Raulo acrescenta que o Ministério da Cultura posteriormente deverá fazer uma regulamentação para modernizar a nova legislação, com um software que irá aferir o que é tocado nas rádios, TVs e eventos.

► **CRITÉRIO ATUAL:** o Ecad é o único órgão arrecadador de direitos. Atualmente, não há fiscalização. Segundo o senador Humberto Costa, desde que o Conselho Nacional do Direito Autoral foi extinto pela lei de 1998, nenhum outro órgão fiscalizador foi instituído. Como muitos locais não procuram o Ecad para solicitar a autorização previamente, a instituição contrata os técnicos de arrecadação. Esses profissionais são credenciados e visitam rotineiramente os estabelecimentos comerciais que utilizam a música, fazem cadastramentos e um trabalho de conscientização que visa informar sobre a importância da retribuição autoral, a existência da lei, o direito autoral e esclarecer dúvidas. No entanto, esses profissionais que visitam os estabelecimentos ou os eventos não são fiscais e não têm poder, por exemplo, para aplicar multas.

► **NOVA REGRA:** o Ecad deverá promover acesso público à planilha de custos para uso das músicas e será obrigado a divulgar os dados sobre a arrecadação e pagamentos, mas preservando informações sobre a identidade dos artistas favorecidos, em nome do direito à privacidade. Haverá a criação de um cadastro unificado de obras que evite o falsamento de dados e a duplicidade de títulos.

► **CRITÉRIO ATUAL:** a divulgação não é obrigatória.

► **NOVA REGRA:** a relação completa das obras utilizadas em rádios, TVs, casas de shows e outros eventos deve ser publicada na internet, para que os autores possam controlar o efetivo pagamento dos direitos autorais. O pagamento deverá espelhar a realidade da execução das músicas. Segundo Humberto Costa, o sistema de gestão coletiva será “absolutamente transparente”. Tanto os cidadãos como os usuários poderão saber o que foi executado, o que foi pago e o que caberá a cada compositor e/ou músico.

► **CRITÉRIO ATUAL:** hoje, a distribuição se dá por amostragem. Segundo Humberto Costa, o problema é que muitos artistas de sucesso regional, que não tocam nas grandes rádios ou em programas de TV, acabam recebendo menos do que deveriam. O Ecad destaca que só distribui os valores às associações de gestão coletiva (nove, ao total), e estas, por sua vez, repassam os direitos autorais a seus titulares (músicos e compositores). Por isso, se um artista tiver sua música executada em uma rádio inadimplente com o pagamento do direito autoral, ele acaba não recebendo pelo uso de sua obra.

► **NOVA REGRA:** a taxa de administração cobrada pelo Ecad não poderá ultrapassar 15% do valor arrecadado a título de pagamento de direitos. Pelo menos 85% do que for arrecadado deverá ser integralmente distribuído aos titulares de direitos, autores de músicas, intérpretes e outros grupos relacionados, como os músicos. O Ecad terá quatro anos para promover gradualmente a mudança, com diminuição de 2,5 pontos percentuais a cada ano.

► **CRITÉRIO ATUAL:** o teto das receitas que podem ser utilizadas para o custeio dos gastos do Ecad atualmente alcança 25%.

► **NOVA REGRA:** deve haver critérios objetivos para a fixação de preços a serem pagos pelos usuários. O montante pago a cada artista deverá ser proporcional à execução da obra, com critérios claros e transparentes para a formação dos preços.

► **CRITÉRIO ATUAL:** os critérios atuais não foram considerados claros pela CPI do Ecad. O órgão, no entanto, garante que utiliza regras claras (veja matéria).

► **NOVA REGRA:** a proposta fixa penalidades para os dirigentes de entidades de gestão coletiva que atuem com dolo ou culpa e para os usuários que descumprem suas obrigações de informar a utilização de obras e fonogramas, por exemplo, em festas de casamento. Fiscais de arrecadação de direitos autorais que atuem de forma desonesta serão não só afastados da função, mas sofrerão sanções civis e criminais e terão sua conduta comunicada ao Ministério Público.

► **CRITÉRIO ATUAL:** de acordo com Raulo, a legislação atual é “frouxa” e não há sanções.

Saiba mais

Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad)
<http://www.ecad.org.br>

Cartilha sobre arrecadação
<http://bit.ly/cartilhaEcad>

Regulamento de distribuição
<http://bit.ly/regulamentoEcad>
Diretoria de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura
www.cultura.gov.br/direitos-autorais

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Apresentação de Código Comercial já tem datas

Comissão de juristas espera colocar anteprojeto de novo Código Comercial em consulta pública no início de outubro; divulgação dos textos será feita pelo portal do Senado

A COMISSÃO DE Juristas que elabora o novo Código Comercial aprovou o cronograma apresentado pelo relator-geral, Fábio Ulhoa Coelho, de votar a minuta de anteprojeto no dia 16 de setembro e os destaques apresentados em 30 de setembro. Assim, a proposta seria colocada em consulta pública em 7 de outubro.

Além de definir o cronograma, a reunião de ontem contou com uma exposição do advogado Jairo Saddi. Para ele, o novo Código Comercial deve ter como um dos focos as deficiências do mercado, principalmente no que diz

respeito à concorrência.

O jurista Osmar Brina Corrêa Lima também foi ouvido ontem pela comissão. Ele sugeriu que o trabalho do colegiado consista principalmente em “identificar valores da ética e da sociedade e transformá-los em normas jurídicas”.

Na reunião, a comissão ouviu ainda relatos de três subcomissões que a compõem. O advogado Marcelo Guedes Nunes falou sobre a Subcomissão de Processo Empresarial, o advogado Alfredo de Assis Gonçalves Neto comentou os trabalhos da Subcomissão de Direito Societário e o promotor

Márcio Souza Guimarães relatou os avanços obtidos na Subcomissão de Crise na Empresa.

Durante a exposição deste último, o presidente da comissão de juristas, o ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha lamentou que a Lei de Recuperação de Empresas tenha sido feita “para beneficiar os empresários e não as empresas”. Ele pediu “um pouquinho de inovação” nessa área, lembrando que muitas empresas não se recuperam porque o dono não é afastado da direção dos negócios.



Advogado Jairo Saddi defende foco nas deficiências do mercado e na concorrência

Lia de Paula/Agência Senado

Relatório preliminar da LDO para 2014 pode ser votado hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar hoje o relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013). Após a aprovação do texto, será aberto prazo para a apresentação de

emendas pelos parlamentares. Somente após essas etapas, a comissão votará o relatório final, que em seguida deverá ser aprovado em sessão do Congresso Nacional para virar lei.

A LDO, que orienta a

elaboração do Orçamento da União, deveria ter sido aprovada até 17 de julho, mas não houve acordo entre os partidos. No dia 16 de julho, o relator da proposta, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), chegou a ler o relatório

preliminar na CMO, mas não houve quórum para votação.

Depois de aprovado o relatório preliminar, Forte espera que a votação da LDO seja concluída, no máximo, até a terceira semana de agosto. Ele informou que o prazo para

apresentação de emendas será reduzido de dez para três dias, a fim de que seja possível a aprovação do texto pelo Congresso antes que o governo envie a proposta orçamentária de 2014, no dia 31 de agosto.

(Da Agência Câmara)

Blairo critica deficiência no combate à violência contra a mulher

O senador Blairo Maggi (PR-MT) lamentou ontem que, apesar do forte simbolismo, a Lei Maria da Penha ainda não tenha conseguido acabar com a violência de gênero no Brasil.

Em pronunciamento alusivo aos sete anos da lei, que serão comemorados amanhã, o senador atribuiu o problema à “ausência operacional” do poder público.

Desamparadas pelo Estado, muitas mulheres não se sentem seguras o suficiente para denunciar os agressores, afirmou o senador.

Ele citou dados coletados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra a Mulher que mostram as deficiências no atendimento às vítimas em todo o país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Agripino pede que governo desista de perdão a africanos

José Agripino (DEM-RN) aconselhou o governo federal a retirar do Congresso Nacional os projetos de perdão de dívida de países africanos que tenham governantes ditadores ou corruptos. Em pronunciamento ontem, Agripino afirmou que as renegociações de dívidas internacionais estão na contramão do que exige a população e, se forem mantidas em pauta, devem ser rejeitadas pelo Congresso.

Agripino ressaltou ainda que boa parte dos países africanos tem registrado crescimento do PIB superior ao do Brasil. Enquanto isso, o governo brasileiro não concede o perdão da dívida dos pequenos agricultores do Nordeste e impõe alta carga tributária.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz lamenta a falta de creches em Porto Velho

Em discurso no Plenário ontem, Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestou preocupação com a falta de creches em Porto Velho, conforme notícias veiculadas pela imprensa. Segundo informou o senador, apenas duas a cada dez famílias conseguem vagas em creches públicas na capital.

Gurgacz disse que a procura de vagas em creches na cidade cresceu em 38% em 2012, quando comparada com o ano anterior. Ele acrescentou que quase 100% das famílias que buscam creches públicas ganham entre um e dois salários mínimos.

— Para essas famílias, a creche pública é a única opção para deixar suas crianças em segurança, enquanto os pais vão trabalhar — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal diz que visita do papa Francisco trouxe mensagem de paz

Anibal Diniz (PT-AC) saudou ontem a passagem do papa Francisco pelo Brasil, que ocorreu no final de julho, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro. O parlamentar afirmou que a presença do papa no país trouxe uma mensagem de paz e de esperança para o povo brasileiro.

Anibal ressaltou que o papa Francisco reforçou a necessidade de renovação da Igreja, rebatendo discriminações por orientação sexual, defendeu a participação da mulher na Igreja e injetou ânimo na juventude.

— Francisco conclamou a Igreja a aproximar-se mais de seus filhos, e ele mesmo o fez — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O papa agiu como estadista no Brasil, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse em Plenário ontem que o papa Francisco agiu como um estadista em sua recente visita ao Brasil. O senador elogiou a postura do pontífice e lembrou que a disposição para dialogar com todos deixou um exemplo de política social para os governantes brasileiros.

— O papa Francisco, no Brasil, foi mais do que um peregrino, foi um líder mundial que aqui dialogou com a população brasileira, olhando principalmente para os mais pobres — afirmou.

Paim ressaltou o discurso do papa em defesa dos direitos humanos, da melhoria de qualidade de vida e da proteção especial às crianças, aos jovens e aos idosos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Denúncias de que o governo dos EUA espiona as comunicações pela internet são alerta para necessidade urgente de um marco civil para o setor, diz conselheiro

Internet precisa de maior proteção

AS DENÚNCIAS DE espionagem dos Estados Unidos nas telecomunicações no mundo inteiro trouxeram uma certeza: está acabando o “romantismo da internet”, disse ontem, no Conselho de Comunicação do Congresso Nacional (CCS), o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Marcelo Bechara.

A audiência pública foi convocada para discutir, entre outros pontos, as atribuições da Agência Nacional do Cinema (Ancine). O tema da internet, no entanto, dominou a participação de Bechara, para quem as denúncias contra os Estados Unidos ajudaram a acabar com a ingenuidade segundo a qual a rede mundial de computadores seria um “território livre”. Bechara defendeu a aprovação do marco civil da internet, proposta que já foi aprovada no Senado e tramita na Câmara.

Na opinião dele, a violação de privacidade aplicada pelos norte-americanos é muito grave e, por isso, é preciso existir no país um modelo que aumente a proteção. É necessário garantir a cessão de informações por empresas sediadas em outros países, mas que atuam e ganham dinheiro



Bechara (E), da Anatel, faz alerta em reunião do Conselho de Comunicação Social presidida por dom Orani Tempesta (C)

no Brasil, além do sigilo e da privacidade dos cidadãos.

— As empresas de conteúdo ganham muito dinheiro no Brasil. Temos aqui milhões de usuários de internet que usam redes sociais. O mínimo que essas empresas têm que ter com o país é um pouco mais de respeito — acrescentou.

Para o diretor-presidente da Ancine, Manoel Rangel, o marco também é necessário para acabar com o domínio dos grandes conglomerados da internet. Segundo disse, quem regula a situação hoje são as grandes organizações, que construíram um marco regulatório invisível, violando

até mesmo regras básicas da liberdade individual.

Ancine

Para Rangel, a Ancine cumpre bem o papel de fiscalizar, na distribuição das TVs por assinatura, a oferta de programação nacional, e, ao mesmo tempo, fomentar a produção do mercado audiovisual brasileiro. Ele não vê incompatibilidades ou conflito de interesse e lembrou que o mesmo modelo é praticado em vários lugares do mundo.

Rangel elogiou a aprovação, pelo Congresso, do projeto que originou a Lei 12.485/2011, que criou a comunicação

audiovisual de acesso condicionado. De acordo com ele, a lei é diretamente responsável pelo aquecimento do mercado audiovisual e o incremento da produção do país.

A Anatel também tem parcela de responsabilidade no cumprimento de obrigações relativas aos canais pagos, na distribuição e estabelecimento de termos para a entrega dos canais obrigatórios e nas regras técnicas de programação e tecnologia, enquanto a Ancine cuida do conteúdo.

— A Ancine cuida de quem faz a pizza e a Anatel cuida de levar a pizza — explicou Bechara, de um jeito simples.

Conselho dá parecer sobre direito de resposta

O projeto de lei que trata do direito de resposta conta agora com um parecer favorável do Conselho de Comunicação Social do Congresso, apresentado ontem. Uma das alterações sugeridas no parecer, que especifica as situações em se pode utilizar o direito de resposta, gerou discordância entre os membros do conselho. O projeto (PLS 141/2011), de autoria de Roberto Requião (PMDB-PR), está para ser votado no Plenário.

A modificação acabou sendo aprovada por 7 a 4. Como o conselho tem caráter consultivo, as sugestões do órgão servem de subsídio à análise dos projetos, mas não precisam ser necessariamente acatadas. O parecer foi solicitado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

O conselheiro Ronaldo Lemos lembrou que o direito de resposta está previsto na Constituição, mas observou que, como o Supremo Tribunal Federal considerou a Lei de Imprensa inconstitucional, ficou-se sem uma regulamentação para esse direito.



Para Ana Amélia, governo descumpra acordos e desrespeita votações

Ana Amélia critica intransigência do governo federal

Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem em Plenário o veto da presidente Dilma Rousseff ao Projeto de Lei Complementar 200/2012, que acabou com a cobrança provisória de multa adicional de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas demissões sem justa causa. Segundo a parlamentar, o veto presidencial foi “a prova mais recente e concreta da intransigência do governo federal”.

— É o hábito de descumprir acordos e desrespeitar votações apoiadas pela maioria dos parlamentares desta Casa e da Câmara. Esse ato é mais um motivo para o Congresso intensificar, a partir do próximo dia 20 de agosto, a análise atenta dos vetos presidenciais, como os aplicados à desoneração de itens da cesta básica e ao Ato Médico — conclamou a senadora.



Multa adicional de 10% do FGTS achaca empresários, diz Figueiró

Figueiró rejeita veto ao fim da multa adicional do FGTS

Ruben Figueiró (PSDB-MS) se disse indignado com o veto presidencial ao projeto que extingue a contribuição social de 10% sobre todo o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), devida pelos empregadores no caso de demissão sem justa causa.

Figueiró lembrou que a multa de 10% foi criada em 2001 para compensar temporariamente perdas causadas por planos econômicos. Para ele, o objetivo já foi cumprido e a extinção da contribuição não vai resultar em prejuízos para os trabalhadores.

— A multa deveria ter sido extinta, uma vez que as contas do FGTS foram reequilibradas. A realidade econômica atual não comporta mais esse dispositivo, que, hoje, nada mais é do que uma forma de acharar o empresariado — protestou o senador.



Aloysio aponta a desarticulação política do governo com seus líderes

Aloysio condena grande quantidade de vetos presidenciais

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) criticou ontem a grande quantidade de vetos presidenciais, salientando que muitas vezes Dilma Rousseff negou sanção a decisões de ampla maioria do Congresso. Na avaliação dele, o governo descumpriu acordos com as lideranças nas duas Casas e tem ignorado a base parlamentar na elaboração de projetos, o que constitui uma situação mais grave do que mera desarticulação política:

— Será que não ocorre à presidente da República mandar um sinal para a sua base parlamentar, para os seus líderes, para prevenir, a tempo, sobre a sua desconformidade com as iniciativas que vicejam na Casa? — indagou.

O parlamentar ainda atribuiu à desarticulação política o excesso de medidas provisórias.



“Para notícias positivas sempre há muitos países”, afirma Casildo

Casildo diz que avanço no desenvolvimento é uma conquista coletiva

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que o avanço no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil não deve ser usado como bandeira política e nem atribuído a um só governo. Casildo se referia ao *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*, lançado na última semana. A pesquisa, divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), mostra o aumento de 47,8% no IDH municipal entre 1991 e 2010.

— Essa conquista é coletiva e não deve ser atribuída a uma pessoa ou a um governo, até porque aconteceu ao longo dos últimos 20 anos — alertou o senador.

Ele também comemorou os números do seu estado, Santa Catarina, que tem 11 cidades entre as 50 mais bem colocadas no índice.



De acordo com Vanessa, apenas metade dos médicos atua no SUS

Vanessa apresenta emendas à MP do Programa Mais Médicos

A medida que institui o Programa Mais Médicos (MP 621/2013) já recebeu mais de 500 emendas desde que foi publicada no início de julho, o que demonstra que a matéria é “extremamente polêmica”, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora disse que 70% dos médicos no Brasil concentram-se nas capitais, grandes cidades e nas regiões metropolitanas. Apenas metade atua no Sistema Único de Saúde (SUS), acrescentou.

Vanessa informou que já apresentou duas emendas à MP. A primeira estabelece que os médicos que se prontificarem a trabalhar na região amazônica receberão salário um pouco maior. Pela segunda, os dois anos adicionais na formação contarão automaticamente como parte da residência médica.

Lia de Paula/Agência Senado



Entre Carlos Nogueira e Fernando Collor, ministro Edison Lobão fala aos senadores sobre marco legal da mineração

Governo pode tirar urgência do marco legal da mineração

No Senado, ministro de Minas e Energia disse que presidente Dilma aceita avaliar retirada do pedido de urgência, para que o Congresso tenha mais tempo para analisar projeto que rege setor mineral

O MINISTRO DE Minas e Energia, Edison Lobão, sinalizou com a possibilidade de a presidente Dilma Rousseff avaliar a retirada do pedido de urgência do projeto do novo marco legal da mineração.

A proposta foi enviada ao Congresso em junho pelo governo em regime de urgência constitucional, mas já está com prazo esgotado, trancando a pauta. O projeto está sendo analisado por uma comissão especial da Câmara, para depois ser votado pelo Senado. O texto recebeu 372 emendas dos deputados.

Questionado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre a ampliação do prazo de 90 dias, o ministro disse que Dilma

pode atender aos parlamentares e dispensar a urgência. Para isso, disse, basta a solicitação dos líderes partidários no Congresso.

Em audiência ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Lobão defendeu a necessidade de novo marco legal para que o Brasil aproveite melhor o potencial no setor da mineração. O ministro disse que a atual legislação, “ultrapassada, burocrática e centralizadora”, impede o país de se beneficiar plenamente das riquezas minerais.

— Vai melhorar o planejamento, a gestão do setor, além do uso racional dos nossos recursos minerais. Reflete as necessidades de um país muito

diferente daquele em que, há quase 50 anos, foi definida a legislação atual — afirmou.

O setor de mineração contribui com 25% das exportações brasileiras. Só o minério de ferro representa 90% do total. Para Lobão, é preciso diversificar. A nova legislação propõe criar um ambiente mais favorável, aumentando competitividade e gerando mais riqueza.

O projeto revoga o atual código, de 1967, e cria o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPMP), para a formulação da política para geologia e recursos minerais, e a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Entre as mudanças, está a elevação dos royalties pagos ao governo pelas mineradoras.

Forças Armadas apresentam sugestões à Lei de Licitações

As contribuições das Forças Armadas à reforma da Lei de Licitações e Contratos abriram a audiência da comissão temporária destinada a modernizar a norma (Lei 8.666/1993). Waldemir Moka (PMDB-MS), que dirigiu a reunião, cobrou agilidade nas licitações, criticando a burocracia em torno das compras do setor público, mas exigiu rigor contra a corrupção.

O diretor de Administração da Marinha, contra-almirante Hugo Cavalcante Nogueira, apresentou, entre outras propostas, a atualização dos valores para dispensa de licitação e a possibilidade de dispensa de licitação em transação que envolva segurança nacional mediante portaria do ministro da Defesa — atualmente a possibilidade só é permitida por decreto presidencial.

— Não é que estejamos fugindo das licitações, mas

tentando fazer com que a máquina ande — explicou.

O diretor de Abastecimento do Exército, general de divisão José Carlos Nader Motta, chamou a atenção para obras que são feitas antes da aprovação do projeto executivo, um aspecto que, na avaliação dele, exige mudança na lei. Para Nader, o pregão internacional deve ser admitido.

O brigadeiro-intendente Gilberto Barros Santos, da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, opinou que a publicação de editais na internet é suficiente para informar sobre a abertura de processos de compras.

Walisson de Almeida, representante do Tribunal de Contas da União (TCU), opinou que o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) é uma revolução que complementa a revolução anterior da modalidade de pregão.



Moka (C), ao lado de Kátia Abreu, coordena debate com representantes militares

Lia de Paula/Agência Senado

Wellington pede fortalecimento da aviação regional

Wellington Dias (PT-PI) defendeu ontem a ampliação e o fortalecimento da aviação regional no Brasil. O senador explicou que isso irá acelerar a economia do país e apontou entraves que precisam ser combatidos, entre eles a concentração de aeroportos no litoral do país e o alto custo de compra e manutenção das aeronaves dentro do Brasil.

Wellington comemorou a publicação, ontem, pelo Poder Executivo, de edital que prevê o investimento de R\$ 7,3 bilhões em infraestrutura e qualidade dos serviços nos aeroportos regionais de todo o país. Segundo o senador, 270 aeroportos localizados no interior do Brasil serão beneficiados por meio de um plano de aviação regional.



Wellington destaca a importância de incentivar a aviação regional

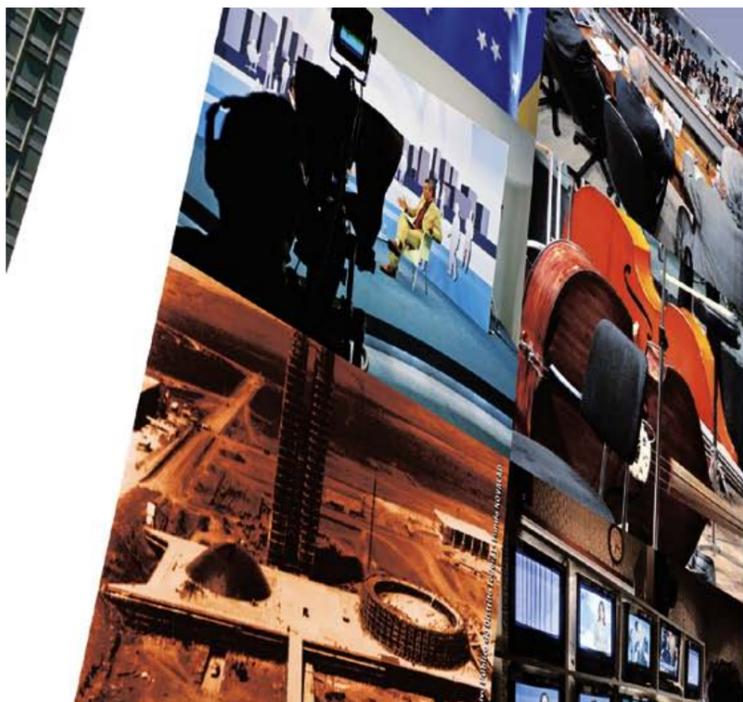
Waldemir Barreto/Agência Senado

Prazo de votação se esgota e MP dos Portos Secos perde validade

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) comunicou ontem ao Plenário, enquanto presidia a sessão, que a Medida Provisória (MP) 612/2013 caducou na quinta-feira passada. A medida provisória tratava de vários temas, entre eles a desoneração da folha de pagamentos de

diversos setores da economia e a reestruturação do modelo jurídico de organização dos portos secos.

O relator da MP, deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR), apresentou parecer à comissão mista criada para analisar o tema no dia 16 de julho, mas o texto não foi votado.



Nova programação TV Senado

Notícias
Atividade legislativa
Cultura
História

Programação variada e uma cobertura ainda mais dedicada a mostrar o trabalho dos senadores nas sessões plenárias, nos debates das comissões, e em audiências públicas.



Transparência que você vê

Secs | Criação e Marketing